



COMILITANTE



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

NOVA FASE DA LUTA EM PORTUGAL

ÁLVARO CUNHAL

(Artigo publicado na N.º 3 de Março de 1962 da «REVISTA INTERNACIONAL»,
publicação teórica e de informação dos Partidos Comunistas e Operários)

Os recentes acontecimentos políticos em Portugal chamaram novamente a atenção para este país onde reina o fascismo. Há 55 anos já que o povo português vive privado de todas as liberdades, com o mais baixo nível de vida da Europa, constantemente sujeito às perseguições e ao terror das matilhas policiais, fortemente armadas e açuladas por Salazar; 55 anos em que o terror fascista se estendeu às vastas colónias portuguesas, agravando a já trágica situação dos povos submetidos à escravidão colonial. Os recentes acontecimentos confirmam que «alguma coisa de novo se passa em Portugal» e que, conforme proclama o manifesto do Comité Central do Partido Comunista Português, «o regime de Salazar atravessa a mais grave crise da sua história».

A libertação de Goa, começo do fim do colonialismo salazarista

Com a libertação de Goa, Damão e Diu, começou o desabar do «Império Colonial Português». Uma tal evolução afecta profundamente a estabilidade económica e política do regime fascista de Salazar e cria-lhe desde já graves dificuldades. A ditadura fascista é a ditadura duma dúzia de grupos monopolistas portugueses que, associados ao imperialismo estrangeiro, exploram, ao mesmo tempo, o povo português e os povos das colónias portuguesas. Nas condições presentes, para os monopolistas que dominam o povo português, a perda dos superlucros coloniais representaria um sério golpe. Se antes disso não fosse derrubada, a ditadura fascista não poderia sobreviver à libertação das colónias portuguesas que criará novas condições para lutas de massas populares. A liquidação do

«Império Colonial Português», como resultado dessas lutas de massas arrastaria na sua queda o apodrecido regime de Salazar.

Compreende-se por isso que, perante a derrota na Índia, Salazar se não mostre disposto a rever a sua política colonial. Longe disso, Salazar e os salazaristas dizem que o seu fracasso em Goa se deve ao facto de os Estados Unidos e a Inglaterra, por «imprevidência» ou «ingratidão», não terem querido ajudá-los. A verdade é que os Estados Unidos e a Inglaterra fizeram tudo para que os colonialistas salazaristas se mantivessem em Goa. Se mais não fizeram não é porque não tenham querido, mas apenas porque, com a actual correlação de forças no mundo de hoje, mais não puderam.

Salazar continua a contar com as promessas de ajuda dos Estados Unidos e da Inglaterra e tudo quanto disse no seu discurso de 3 de Janeiro sobre a eventual saída da NATO e a reconsideração da «aliança inglesa» são simples fanfarronadas. Salazar sabe bem que, sem o apoio dos seus patrões anglo-americanos, há muito teria sido expulso do poder, sabe que esse apoio é para ele uma questão de vida ou de morte. É apenas com fundamento num apoio militar directo dos Estados Unidos no Oriente que afirma não reconhecer que o domínio colonialista português na Índia terminou para sempre. Os oradores salazaristas vociferam: «Voltaremos a Goa!». Para animar tais planos Salazar acaba de elaborar um projecto de lei que cria em Lisboa um governo «no exílio» do «Estado Português da Índia»...

Salazar insiste em querer abafar com o terror e a guerra o movimento emancipador das outras colónias portuguesas. Como todos os demagogos depois de uma derrota, vangloria-se de uma força que



ção têm. «Por toda a parte na África (declarou ao «Figaro», em fins de Dezembro) possuímos meios poderosos de luta. Quem quer que nos ataque receberá dois por cada golpe que nos vibrar». O mesmo afirmará em relação a Goa e entretanto, apesar de um esforço militar de longos anos, lá ficaram prisioneiros alguns milhares de soldados depois de uma derrota sofrida quase sem combate.

A roda da história não pára. A derrota de Salazar em Goa impulsiona por um lado o movimento libertador nas outras colónias portuguesas, dá por outro lado nova força à luta do povo português contra a ditadura fascista.

O povo português, que se tem oposto com energia à política colonialista de Salazar, acusa Salazar e os seus patrões anglo-americanos da NATO pelas perdas de vidas de soldados em Goa e em Angola, pelas privações e misérrimas impostas ao povo português para custear os gastos militares. O povo português, que luta pela verdadeira independência de Portugal contra o domínio hoje existente do imperialismo anglo-americano, tem razão para festejar a libertação do povo irmão de Goa, Damão e Diu. Os patriotas portugueses são aqueles que reconhecem aos povos das colónias portuguesas o direito à liberdade e à independência. E negando esse direito, levando a cabo uma exploração escravagista e o extermínio cruel dos povos coloniais, Salazar está, não só sacrificando muitas vidas numa guerra criminoso, como está agravando ao extremo a situação das classes trabalhadoras e de todas as camadas não monopolistas da população, está reforçando a dependência de Portugal ao imperialismo, está arrastando Portugal (como o Partido Comunista Português vezes sem conta tem insistido) para um verdadeiro desastre nacional. Salazar revela-se, mais claramente que nunca, como um verdadeiro traidor à pátria portuguesa.

Daf o alargamento da frente anti-salazarista a sectores cada vez mais amplos da população e a identificação do movimento contra a ditadura fascista como um verdadeiro movimento de toda a nação pela liberdade e independência de Portugal. Em nenhum aspecto mais claramente que em relação ao problema das colónias portuguesas, as forças democráticas portuguesas e, na sua vanguarda, o Partido Comunista, revelam a natureza patriótica da sua acção.

Os progressos do movimento libertador das colónias portuguesas marcha a par com os do movimento democrático português. Os dois em conjunto fazem antever o dia da queda final da ditadura fascista.

O povo e os soldados contra a guerra de Angola

Contava Salazar que a situação nas colónias lhe permitiria constituir à sua volta uma ampla «frente nacional» com o objectivo da defesa da «integridade da pátria». Nem uma histórica propaganda chauvinista, nem a acusação de «traidores à pá-

tria» e perseguições a todos os que se opõem à sua política foram porém bastantes para conseguir-lo. Ao contrário. No seio da própria camarilha governante acentua-se as contradições e divergências evidenciadas na «revolta» do ministro da Defesa e dos altos comandos em princípios de 1961. O desenvolvimento da luta libertadora nas colónias, a política de terror e de guerra de Salazar e agora a estrondosa derrota de Goa, tornam ainda maior o isolamento de Salazar e estreitam ainda mais as suas bases de apoio. Em vez da «unidade nacional» em torno de Salazar (como Salazar pretendia) assistimos ao alargamento e reforço da unidade nacional contra a ditadura fascista.

A unidade das forças da Oposição é hoje um dos factores mais positivos para o desenvolvimento do movimento democrático. Todas as forças se encontram unidas em torno da Junta Patriótica, onde estão representados os principais sectores da Oposição. O objectivo comum fundamental é o derubamento da ditadura fascista, a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

A acção política desenvolve-se em lutas parciais, entre as quais a luta contra a política colonialista de Salazar ganha dia a dia maior relevo. Se é certo existirem diferenças de opinião entre as várias correntes democráticas quanto ao problema colonial, se é certo que nem todos os sectores da Oposição têm a posição do Partido Comunista, que defende insistentemente o direito dos povos das colónias portuguesas à completa e imediata independência, não é menos certo que todos os sectores da Oposição se opõem à política de terror e de guerra nas colónias e que a ideia da auto-determinação ganha dia a dia novos adeptos. Cada dia se reduz o número já restrito de portugueses que apoia a política de Salazar.

A resistência contra a política colonial de Salazar tem vindo a intensificar-se de ano para ano. Em atitudes corajosas, que na maior parte dos casos lhes tem custado a liberdade, numerosos dirigentes da oposição têm manifestado publicamente o seu desacordo. Defrontando uma repressão feroz, as massas populares, em numerosas manifestações, protestam contra a guerra de Angola, contra o embarque dos soldados e pelo regresso dos expedicionários. Por todo o país, dia a dia, são distribuídas muitas dezenas de milhares de manifestos e tarjetas. As palavras lançadas pelo Partido Comunista «Nem mais um soldado para as colónias!», «Que o povo se recuse a pagar os gastos da guerra!» encontram profundo eco nas vastas camadas da população.

A política de guerra de Salazar, para a qual são confessadamente destinados no orçamento do Estado para 1962 mais de 40 por cento das receitas públicas, constitui um fardo incomportável para a economia dum país subdesenvolvido como Portugal. Salazar procura obrigar os trabalhadores e as classes médias a pagar os gastos de tal política, através de novos e pesados impostos, de novos des-

contos nos salários, de dias e horas de trabalho gratuito, do aumento dos preços dos produtos alimentícios, das bebidas e dos transportes, da descida dos salários reais, de subscrições obtidas sob coacção e ameaças.

O dia 10 de Junho, festa nacional que o governo procurou transformar numa jornada de contribuição para a guerra de Angola, ficou assinalado como uma grande jornada de luta contra a política colonial de Salazar. A resistência foi geral. Nas grandes como nas pequenas empresas, os operários recusaram-se a trabalhar. Os 5.000 pescadores de Matosinhos negaram-se a sair para o mar. Como Salazar tivesse decretado que as receitas dos cinemas, teatros e recintos de futebol reverteriam nesse dia, como depois em 27 de Agosto, para as despesas de guerra, por todo o país as casas de espectáculos e os campos de jogos ficaram vazios...

Pelas formas mais diversas, o povo português recusa-se a pagar os gastos militares. Em numerosas fábricas e empresas, os operários, apesar das ameaças, dos despedimentos e das prisões, recusam-se a trabalhar «voluntária e gratuitamente» ou a subscrever os peditórios fascistas. A resistência contra o pagamento do imposto de guerra sobre as bebidas e o tabaco manifestou-se numa tão radical baixa de consumo, que o imposto sobre as gasosas (bebida popular) foi retirado. Estabelecimentos houve que deixaram de vender tabaco e houve comerciantes que pediram para vender as bebidas ao antigo preço e pagarem eles próprios o imposto, dado que estavam agora a sofrer grandes prejuízos.

Tão significativas como as acções de resistência das massas trabalhadoras, são as acções de resistência dos soldados contra a guerra de Angola e os embarques para as outras colónias. O balanço das lutas de soldados no ano de 1961 mostra que uma situação nova se criou nas forças armadas e que é alarmante para Salazar.

A resistência dos soldados mobilizados toma aspectos muito diversos. Nuns casos, protestam ruidosamente contra a guerra de Angola e realizam «levantamentos de rancho», como no Regimento de Artilharia Anti-Aérea de Queluz e muitas outras unidades. Noutros casos os soldados protestam maciçamente contra a mobilização, recusam-se a abandonar os quartéis, negam-se a tomar os comboios que os devem conduzir à capital. Noutros, como em quartéis do Porto, Tomar e Lisboa, recusam-se o entrar em formatura ou protestam em massa na própria formatura, por vezes com tal unidade e vigor que o seu embarque para as colónias é adiado, como sucedeu em caçadores 5 de Lisboa, cujos soldados deviam seguir para Moçambique. Noutros casos tomam atitudes colectivas de indisciplina, como sucedeu numa revista de tropas em que o ministro do Exército foi apupado, como em Infantaria 3 de Beja onde se recusaram a comparecer à instrução, se sentaram na parada e não obedeceram a quaisquer ordens dos comandos. Noutros casos amotinam-se em pequenas acções violentas. Em Mafra 15 soldados fizeram estragos

na messe dos oficiais, ameaçaram o comandante e desapareceram do quartel. Em Cavalaria 7 de Lisboa, alguns soldados foram abatidos a tiro quando tentavam apoderar-se de armas.

As deserções sucedem-se por todo o lado, em maior ou menor escala, abrangendo, por vezes, uma parte considerável dos mobilizados, como em Infantaria 1 da Amadora em que faltaram 80 soldados duma companhia, como em Beja onde faltaram 100 soldados, como em Tancos onde faltaram a uma convocação 450 soldados. Nos próprios momentos da partida se verificam deserções, como de 26 soldados que fugiram do aeroporto de Lisboa, ou daqueles muitos que têm conseguido escapar-se nos cais de embarque de Lisboa. Por vezes verificam-se corajosas atitudes individuais servindo de exemplo e de estímulo aos outros soldados, como o soldado Gil de Infantaria 7 de Leiria e o aspirante Guerra de Lanceiros 2 de Lisboa que declararam em plena parada aos comandantes que se recusavam a ir massacar o povo angolano numa guerra contrária aos interesses nacionais. Porque, sobre esses lutadores de vanguarda cai o ódio dos oficiais fascistas, com agressões, espancamentos e prisões, muitas vezes os soldados têm conseguido defender os seus companheiros impedindo a sua prisão, guardando-os nas suas casernas sob a sua protecção. As acções dos soldados ligam-se por vezes directamente com a acção popular em vigorosas manifestações contra a partida de tropas como sucedeu nas estações de caminho de ferro de S. Bento e Devezas no Porto, em Évora, em Setúbal, nas ruas da cidade de Chaves;

Nem as ameaças, nem as agressões, nem os espancamentos, nem os assassinatos têm conseguido travar a luta dos soldados portugueses contra a guerra de Angola e a política colonial de Salazar. A disciplina e o terror fascistas não conseguem mais silenciar a indignação e a revolta dos filhos do povo fardados.

Esta nova situação nas forças armadas, produto e aspecto do grande movimento popular de massas, indica que, no ano de 1961, a oposição à ditadura fascista entrou numa nova fase e que amadurecem as condições para lutas revolucionárias agudas.

As lutas de massas do mês de Novembro

Desde que, a partir de 1945, as forças democráticas portuguesas, baseando-se na força das massas populares, forçaram Salazar a aceitar combate no terreno das «eleições» fascistas, nunca, como em Novembro passado, Salazar fez mais desesperados esforços para impedir que se apresentassem candidatos da Oposição.

Por muitas razões Salazar tinha medo. Tinha medo pelo desenvolvimento irresistível do movimento anti-colonialista que, nas colónias portuguesas, punha em cheque a sua política de terror e de guerra. Tinha medo pela oposição geral e vigorosa contra a guerra de Angola e pelo descontentamento dos trabalhadores e das camadas médias, cuja

situação se agravava com o peso dos gastos militares. Tinha medo porque, desde princípios de 1961, as forças da Oposição se encontram unidas e porque o Partido Comunista, em franco desenvolvimento da sua acção política e da sua organização, aparecia como a principal força motora do movimento democrático. Tinha medo pela influência sobre as massas populares dos êxitos prodigiosos do campo socialista, numa altura em que se acabara de realizar o XXII Congresso do PCUS, onde foi aprovado o Programa da construção do comunismo, sonho e perspectiva radiosa da luta de todos os povos do mundo.

Realizando «eleições» sem opositores, Salazar pretendia também poder afirmar uma unanimidade absoluta dos portugueses em torno da sua política. Muito antes do período «eleitoral», o governo lançou uma violenta campanha de intimidações, arbitrariedades e violências. Dezenas dos mais destacados dirigentes da Oposição, comunistas, republicanos, conservadores, católicos, foram presos. No dia 5 de Outubro, aniversário da proclamação da República e feriado nacional, o governo proibiu todas as manifestações públicas, fez ocupar as ruas das cidades por poderosas forças militares e fez carregar brutalmente contra as demonstrações democráticas que, apesar de tudo, foram feitas. Todas as dificuldades foram postas à mais ligeira actuação dos democratas e à apresentação de listas da oposição. Os cadernos eleitorais, já falsificados anteriormente, foram sujeitos a nova «revisão» pela qual foram cortados os nomes de milhares de eleitores suspeitos de não serem afectos ao regime. Foi proibida a publicação de quaisquer documentos não visados pela Comissão de Censura e foram enviadas ameaçadoras circulares policiais às tipografias intimando-as a não imprimirem quaisquer documentos da Oposição. Sessões de democratas foram proibidas e dificultada a organização de comissões eleitorais.

Conhecedores da unidade das forças democráticas, os fascistas fizeram tudo para as dividir e para isolar o Partido Comunista. Procuraram atemorizar os democratas não comunistas com a afirmação de que «os comunistas preparavam acções insurreccionais» e que a colaboração com os comunistas os sujeitaria a uma violenta repressão. O chefe da Igreja, Cardeal Cerejeira, velho colaborador fascista de Salazar, enviou uma circular aos padres avisando-os de que não seriam confirmados nos seus cargos se tomassem qualquer posição contra o governo.

Apenas alguns sectores anti-salazaristas, intimidados uns pela repressão, esperançados outros como sempre num golpe militar, se pronunciaram pela abstenção completa. O Partido Comunista, defendendo a apresentação de candidatos da Oposição e o aproveitamento das mais ligeiras possibilidades de actuação legal, lançou a consigna: «Façamos da campanha eleitoral uma grande jornada de massas!» Tal orientação foi seguida. Em metade dos círculos eleitorais foram apresentados

candidatos da Oposição, em listas representativas de várias correntes da opinião democrática. As forças democráticas fortaleceram a sua unidade e a sua organização. No momento devido, os candidatos desmascararam a política de terror de Salazar e a burla eleitoral que se preparava, retiraram as candidaturas e aconselharam o boicote às «eleições»: Entretanto desenvolveu-se um poderoso movimento de massas que se prolongou para além do período «eleitoral».

Em Lisboa, em dias sucessivos, grandes manifestações, nas quais a juventude teve papel preponderante desfilaram pelo centro da cidade apesar das cargas brutais das forças repressivas. Em Coimbra realizaram-se, também no centro da cidade, sucessivas manifestações de milhares de pessoas, igualmente reprimidas com violência. Em Alpiarça, os operários industriais e os assalariados rurais fizeram greves de protesto contra as prisões de democratas, organizando manifestações de rua com milhares de manifestantes, concentrando-se junto das autoridades, exigindo a libertação dos presos. Organizando piquetes nocturnos de vigilância para impedir novas prisões, deram alarme com foguetes e morteiros quando a meio da noite chegaram contingentes da polícia. E a população, vindo em massa para as ruas, obrigou as forças repressivas a recolher ao quartel. Foi porém em Almada, cidade que fica em frente de Lisboa do outro lado do Tejo, que as manifestações populares ganharam maior amplitude. Apesar do poderoso dispositivo militar e das cargas brutais da cavalaria e da infantaria dos corpos repressivos, mais de 50.000 pessoas, em manifestações sucessivas, ocuparam durante muitas horas as ruas da cidade.

Uma das características das manifestações de Outubro-Novembro foi a unanimidade das reclamações políticas. Por toda a parte se exigiu a demissão de Salazar, as liberdades democráticas, a amnistia, o fim da guerra de Angola, o regresso dos soldados expedicionários. E com frequência, defrontando a repressão, os manifestantes empunhavam a bandeira nacional e cantavam o hino nacional.

Um outro traço característico das grandes manifestações populares foi a resistência activa do povo à repressão fascista em sucessivos recontros que, em muitos casos, se prolongaram durante horas. Em Lisboa, Coimbra, Covilhã, os trabalhadores e os estudantes, em alguns casos com o apoio dos soldados do exército, fizeram frente à polícia pondo fora de combate à pedrada ou com outros meios rudimentares de luta muitos agentes. Em Almada as forças repressivas foram diversas vezes postas em debandada pelo povo que gritava: «Abaixo o medo! Já não há medo!» As forças repressivas fizeram cargas violentas, causando numerosos feridos e matando à rajada de metralhadora um jovem operário comunista, talvez nunca, em 55 anos de ditadura fascista, o povo tenha aparecido mais organizado e decidido, não cedendo às cargas policiais, continuando a ocupar as ruas, ripostando com energia às agressões, reorganizando sempre, du-

rante longas horas, poderosas manifestações de rua.

As concentrações, greves e manifestações que tiveram lugar por todo o país foram uma afirmação do desenvolvimento impetuoso do movimento democrático; da unidade na luta contra a ditadura fascista, da crescente combatividade e espírito de sacrifício das massas populares. Estas lutas foram importante contribuição para o fortalecimento da unidade das forças democráticas, para o revigoração da acção popular, para a abtenção das dificuldades do regime. Elas mostram o crescente isolamento da camarilha de Salazar e a vontade indomável do povo português de se libertar da tirania fascista e de conquistar a democracia. Como diz um manifesto do Partido Comunista, «elas foram uma importante vitória do nosso povo, das forças democráticas e do Partido Comunista, principal obreiro das grandiosas manifestações».

A revolta de Beja, expressão da combatividade do povo

A revolta de Beja, que teve lugar na noite da passagem do ano, não foi um *putsch* vulgar. Não se tratou de um *complot* elaborado em círculos de oficiais à margem da luta de massas, mas numa acção na continuidade dum amplo movimento popular. A revolta de Beja é sequência directa das grandes manifestações de massas do mês de Novembro e das lutas de soldados contra a guerra colonial durante todo o ano de 1961.

Não é filho do acaso o facto de que, no quartel de Infantaria 5, tomado de assalto por grupos armados de operários e oficiais, os soldados se tenham repetidas vezes amotinados nos últimos meses. Também não é filho do acaso o facto de entrarem civis que participaram no assalto se encontrarem numerosos operários de Almada, que aí haviam participado nas manifestações e recontros de Novembro. O capitão Varela Gomes, dirigente da revolta, não é tão pouco o tipo do conspirador *putschista*. É um democrata; defensor da unidade das forças anti-salazaristas. Candidato da oposição quando da última burla «electoral» veio nessa altura corajosamente para a rua lutar junto com o povo.

A revolta de Beja aparece numa altura que se revelava claramente o espírito de luta das massas; em que a indignação dos soldados contra a política colonial de Salazar e contra a guerra de Angola encontrava novos motivos em virtude dos acontecimentos de Goa; em que a vontade de acções mais decisivas fora estimulada por uma heróica fuga da fortaleza de Caxias realizada por um grupo de destacados comunistas e encontrava motivo de impulso e vontade de desforço nas prisões e no assassinato de dirigentes democratas; em que as Juntas de Acção Patriótica, espalhando-se pelo país com elementos de todas as tendências, exigiam acções de novo tipo contra a ditadura fascista.

É esta série de acontecimentos que está na raiz da revolta de Beja e de recontros violentos verifi-

cados noutras terras do país. Tais acções são um indicio da agudização da situação política, da crescente combatividade do povo, do aparecimento de novos lutadores, ainda inexperientes politicamente, mas decididos a sacrificar a vida para pôr termo à ditadura fascista. Por isso, a revolta de Beja deve ser acolhida como o anúncio duma nova fase da luta contra a ditadura fascista e a coragem dos seus participantes inscreve-se na já longa história de heroísmo do povo português.

Entretanto, a revolta de Beja põe em foco concepções diversas existentes no movimento democrático unificado. Num ponto estão de acordo todas as forças democráticas: que nas actuais condições políticas não é a via pacífica que se oferece ao povo português para conquistar a democracia. Quem hoje aparecesse perante o povo português afirmando a possibilidade de derrubar Salazar por meios pacíficos, não só não teria ninguém que o acreditasse, como se sujeitaria a que dele se rissem. Quando o Partido Comunista afirma que Salazar «fecha sistematicamente as portas a uma solução pacífica do problema político português» e que o levantamento nacional é o caminho para pôr termo à opressão fascista, e exprime um sentimento do povo em geral e uma concepção comum à generalidade dos democratas. Mas, se todos aceitam a necessidade duma luta revolucionária aguda, nem todos entendem da mesma forma como chegar a essa luta. Dizem alguns que os sentimentos de revolta são tão profundos que bastaria «uma chispa»; uma primeira acção decidida numa unidade militar, ou o «desembarque» de alguns «comandos» de emigrados anti-salazaristas, para logo se desencadear espontaneamente um movimento insurreccional geral. Daí acreditarem alguns dirigentes democráticos que, por si sós, contando apenas com as suas próprias forças, podem levar a cabo uma acção revolucionária que derrube Salazar. Tais concepções não só entravam a acção unitária, como são susceptíveis, se levadas à prática, de criar dificuldades ao movimento democrático. Também a este respeito a revolta de Beja é rica de ensinamentos.

«O levantamento nacional (diz o Comité Central do Partido Comunista Português) não é uma acção que se possa decretar quando se deseje. Ele terá de ser a conclusão da ampliação e intensificação do movimento popular e do robustecimento da organização legal e clandestina das forças democráticas». Um choque armado vitorioso contra a ditadura fascista terá de ser o resultado, a forma superior, a saída natural e exigida pelo povo, de amplas lutas de massas. Por isso é indispensável que se continue a aproveitar todas e quaisquer possibilidades legais e semi-legais de mobilização e de luta, que se continue a associar a actividade legal com a actividade clandestina. É necessário ganhar todas as forças democráticas para a ideia de que devem continuar reforçando a sua unidade, de que necessitam de fazer um gigantesco trabalho de organização, de que devem impulsionar com decisão e energia a luta popular de massas. E é

necessário que todos se convençam de que a acção isolada deste ou daquele agrupamento, contando ser a «chispa» que decide de um levantamento geral pelo choque emocional que provoque, não só conduzirá esse agrupamento a dolorosos fracassos ante o bem armado aparelho repressivo fascista, como, objectivamente, dificultará e atrasará o desenvolvimento vitorioso do movimento nacional contra a ditadura fascista.

Nunca como hoje foi possível e necessária a unidade de todos os anti-salazaristas. No interior a unidade democrática é, no fundamental, uma realidade. Mas, entre os dirigentes democráticos excluídos subsistem incompatibilidades graves. O Partido Comunista está numa situação particularmente favorável para contribuir para a unidade de todos; existem hoje mais motivos de desunião entre alguns agrupamentos e dirigentes da Oposição do que entre qualquer deles e nós, comunistas. Não temos em relação a quaisquer democratas motivos de ressentimento e de animadversões que impeçam a nossa unidade e a nossa acção comum e lutamos incansavelmente para consegui-las.

As condições amadurecem para novas grandes batalhas pela liberdade. Se as forças democráticas tiverem em conta as lições dos acontecimentos, se estreitarem cada vez mais a sua unidade, se basearem toda a sua acção na força das massas populares, novas e grandes dificuldades encontrarão a curto prazo o governo fascista de Salazar.

O terror não salvará Salazar

Objecto do ódio de todo o povo, isolado e amaldiçoado, sentindo o terreno fugir-lhe velozmente debaixo dos pés, Salazar procura fortalecer ainda mais o seu aparelho repressivo. A polícia política (PIDE), a gendarmaria (GNR), a polícia de segurança (PSP), a milícia fascista (Legião) e unidades especiais de «Ordem Pública» do exército, são hoje os grandes pilares do poder fascista especializados na repressão política e dispondo de poderoso armamento. São estas forças que em toda a parte aparecem lançando contra o povo e os democratas portugueses uma nova onda de terror.

Salazar principiou o ano decretando o «estado de emergência» e Portugal encontra-se na situação dum país ocupado militarmente. Nas cidades, nos centros industriais, nas aldeias, sucedem-se as prisões em massa de operários, de camponeses, de intelectuais, de estudantes, de militares. Dirigentes destacados da Oposição como o candidato às eleições presidenciais de 1958, Arlindo Vicente, cientistas ilustres como o professor da Universidade de Coimbra Mário Silva, poetas como J. Namorado, escritores, oficiais do exército, sacerdotes liberais, estudantes, são atirados para as enxovias de Salazar, onde também se encontram numerosos nacionalistas das colónias portuguesas como o destacado patriota angolano, o médico e poeta Agostinho Neto.

A ofensiva dirige-se com particular violência

contra o Partido Comunista Português que conta 40 anos de existência e 35 anos de acção clandestina, vanguarda do movimento democrático, principal obreiro da unidade dos adversários do regime. O assassinato a rajadas de metralhadora nas ruas de Almada do jovem operário Cândido Martins, o assassinato a tiro nas ruas de Lisboa do talentoso escultor Dias Coelho, que há anos lutava na clandestinidade, acrescentaram recentemente a longa lista dos mártires e heróis comunistas. No dia 15 de Dezembro, quatro destacados dirigentes do Partido tomaram também nas garras da PIDE: Pires Jorge, que vivia na clandestinidade há 18 anos, desde a sua fuga, em 1945, das masmorras de Salazar, onde sofrera longos anos de prisão; Octávio Pato, que vivia na clandestinidade há 16 anos, Carlos Costa, que se evadira em 1960 depois de sofrer mais de 8 anos de prisão e Américo de Sousa. A vida destes combatentes que procurados ferozmente pelas metralhas de Salazar, se mantiveram corajosamente no interior do país durante longos anos encabeçando as lutas do povo contra o fascismo e agora se encontram sofrendo as torturas policiais, corre sério perigo.

Nas prisões, os fascistas redobram os requintes de maus tratos físicos e morais, atingindo por igual homens e mulheres. Isolados do exterior, num regime cruel de privações, violências e humilhações, sofrendo constantes agressões e castigos, os presos políticos estão condenados a um lento assassinato. A assistência médica é recusada mesmo em casos graves, como no caso do grande lutador operário Manuel Rodrigues, membro do Comité Central do Partido Comunista Português que, tendo passado já mais de 21 anos nas prisões de Salazar sofreu recentemente uma congestão cerebral, e parálitico e em perigo de vida, viu recusado qualquer tratamento.

Apesar de verem prolongado perpetuamente o tempo de prisão pelas chamadas «medidas de segurança», os presos continuam valentemente a lutar. Eles não estão abandonados pelo povo português e pelos seus camaradas. Já numerosas vezes, o Partido Comunista Português, dando uma medida da sua capacidade organizadora, da sua influência e do valor dos seus quadros, organizou importantes evasões colectivas das prisões salazaristas. Há dois meses, da fortaleza de Caxias, mais 8 valentes comunistas (entre os quais o herói popular Francisco Miguel, membro do Comité Central do Partido Comunista, que já sofrera mais de 20 anos de prisão) conseguiram evadir-se debaixo do fogo de metralhadoras, utilizando um velho carro blindado.

A luta contra o terror fascista e pela amnistia é um movimento comum a todas as forças democráticas portuguesas; sucedem-se as petições assinadas pelos melhores valores da intelectualidade e por milhares de trabalhadores e a reclamação de «Amnistia!» aparece sempre gritada em todas as manifestações democráticas. Essa luta precisa porém da ajuda da opinião pública dos outros países, da solidariedade dos trabalhadores e pessoas pro-

gressivas de todo o mundo. O fortalecimento do já amplo movimento internacional contra o terror fascista e pela amnistia em Portugal será uma contribuição poderosa para refrear a senha cruel dos torturadores salazaristas, para defender as vidas ameaçadas e para alcançar a libertação dos patriotas presos e fortalecer com novas forças a luta popular contra a ditadura fascista.

A nova onda de terror desencadeada por Salazar não é um sinal de força, mas de fraqueza, de medo e desespero. O movimento democrático português e o movimento libertador nas colónias portuguesas desenvolvem-se impetuosamente. A hora aproximou-se em que a ditadura fascista de Salazar será derrubada e o Sol da liberdade raiará finalmente para o martirizado povo português.

É NECESSÁRIO DEFENDER O PARTIDO EM TODAS AS CIRCUNSTANCIAS

Durante os últimos meses, durante as últimas grandes manifestações e movimentos populares contra o regime de Salazar, têm sido presos muitos trabalhadores, muitos anti-fascistas. Entre eles encontravam-se evidentemente membros e simpatizantes do nosso Partido.

As informações que temos recebido sobre estas prisões indicam-nos que os nossos camaradas (e como eles, muitos outros anti-salazaristas) souberam dignamente portar-se na prisão ante a polícia política de Salazar.

Tais atitudes de firmeza e dignidade devem ser salientadas porque são exemplos para todos os combatentes anti-salazaristas, porque destroiem os argumentos da PIDE, e dos traidores, de que na polícia toda a gente fala, de que não é possível suportar as torturas sem falar, etc.

É verdade que os dirigentes do Partido e outros funcionários presos em Dezembro último, em virtude da sua firmeza ante as torturas que lhes foram aplicadas, mostraram, mais uma vez, que nada pode fazer vergar quem tem uma noção correcta da dignidade.

Mas esses exemplos, que têm tão grande importância, são reforçados pelo exemplo de muitos outros militantes, não dirigentes, não funcionários do Partido, com uma responsabilidade menor. A sua responsabilidade pode ser bem pequena mas são suficientemente dignos para saberem defender a sua honra e saberem defender o seu Partido ante todas as situações. Desse modo ficam desmentidos todos os que, por que são indignos, afirmam que só os «dirigentes», que só «pessoas excepcionais» conseguem portar-se bem, continuando assim a sua propaganda da traição.

A luta anti-salazarista irá cada vez intensificando-se mais. Até ao seu derrubamento, até à derrota da PIDE, esta ainda prenderá muitos portugueses. Embora se deva intensificar a acção contra a repressão, contra as torturas, por uma ampla amnistia, nenhum comunista, nenhum militante anti-salazarista deve pensar que não será preso, que não será torturado.

Ora o que se passou, nos últimos tempos, com algumas organizações do Partido mais fortemente

reprimidas pela PIDE, como as do Algarve e do Cotiço, nos fins de 1960; e as de Marinha Grande, Guimarães e Torres Novas, no ano de 1961, em que muitos dos elementos, e alguns deles com responsabilidade nas organizações locais do Partido, se portaram indignamente, mostra a necessidade de continuamente esclarecer a organização partidária sobre o que significa a traição, sobre a necessidade de defender o Partido, a luta do nosso povo, em todas as circunstâncias.

Nas condições do domínio fascista em que vivemos actualmente no nosso país, ser comunista, mesmo ser simplesmente um militante anti-fascista, implica uma grande responsabilidade e risco, pois o fascismo reprime por meios violentos todas as ideias e acções políticas que se lhe opõem. É necessário ter consciência desta realidade para, no interesse do Partido e da luta do nosso povo, e no interesse próprio, tomarmos as adequadas medidas de defesa e cumprirmos com rigor as regras conspirativas que a prática da luta clandestina tem aconselhado.

Mas se, por qualquer razão, e elas são tantas, pois a segurança de qualquer trabalhador consciente ou pessoa progressiva é tão precária no nosso país, se, por qualquer razão, dizíamos, a PIDE nos prende, temos de enfrentar com dignidade e correcção moral e política o tratamento que nos for imposto, por mais desumano que seja.

Para isso basta ser-se digno, honrado, coerente. Um homem digno e honrado nunca trairá os seus amigos nem a justa e nobre causa que defende, nunca fará declarações que sirvam os objectivos da polícia e causem prejuízos directos ou indirectos à sua causa ou, que é o mesmo, às pessoas que em si depositaram confiança. Um homem coerente não fará declarações ou confirmações porque fazendo-as se prejudicará a si próprio e aos seus amigos. Não é coerente andar na luta para quando preso servir os objectivos da polícia.

Mas a polícia fascista tem uma experiência de mais de trinta anos e serve-se dessa longa experiência para tentar levar os comunistas a cometer erros de conduta. Uma das suas preocupações é a de que os comunistas não saiam das suas mãos



com o moral elevado e politicamente triunfadores. Por isso recorre à violência e às torturas e, outras vezes, aos «bons modos», às promessas.

A polícia procura descobrir em cada pessoa o seu ponto fraco, o seu calcanhar de Aquiles, para, atacando nesse ponto, levar a pessoa a ceder. Há casos de situações familiares difíceis, casos de saúde abalada, casos de curso que importa muito acabar. Apercebendo-se do problema que mais preocupa o preso, a polícia procura a forma de abalar a sua firmeza. E não olha a meios, escrúpulos não são com ela. Mesmo nos casos mais simples a polícia tem sempre a preocupação de vergar o preso, de o levar a sair da prisão desprestigiado, desmoralizado.

A experiência tem no entanto demonstrado que quaisquer que sejam os métodos empregados pela PIDE eles nunca dão resultado quando o preso é firme, é digno.

Para o comunista, que em nada transigiu com o inimigo, a prisão será incomparavelmente menos

pesada. Ele tem confiança em si próprio, ele tem a consciência de ter cumprido o seu dever. Para o que foi fraco, pelo contrário, a consciência de ter traído martiriza-o, acabrunha-o pela vergonha de ter sido cobarde, de ter no fim de contas, prejudicado a luta em que se empenhava. A própria polícia achincalha os que, sendo fracos, em vez de coerentemente servirem a sua causa, servem a polícia. Aos comunistas dignos, a polícia odeia-os mas não se pode rir deles.

Na actual situação política em que vivemos, ser militante anti-salazarista é a maior honra que pode ter um português. Para nós, comunistas, o valor dos homens mede-se pela contribuição que deram ou dão para a construção do socialismo, do comunismo

A honra de ser militante anti-salazarista, a honra de ser comunista, ninguém a deve querer perder. Para isso é necessário sermos firmes ante a polícia, sermos dignos, sermos coerentes. É necessário defendermos a luta do nosso povo, defendermos o Partido em todas as circunstâncias.

A ORGANIZAÇÃO — ARMA FUNDAMENTAL DO PROLETARIADO

A força do proletariado assenta na sua organização. Organizado, o proletariado português dispõe da sua arma fundamental. Essa arma é dum tal poder que o tornar-á invencível. Ao contrário, desorganizado, o proletariado português pouco representará apesar de ser a maior força numérica da sociedade portuguesa. Será um exército numeroso sim, mas incapaz de travar batalhas contra o inimigo de classe com possibilidades de sucesso duradouro, e muito menos capaz de desempenhar o papel determinante no movimento democrático nacional. Desorganizado, o proletariado português não poderá ser a base potente e invencível da união de todas as forças democráticas e patrióticas necessárias para derrubar o fascismo salazarista.

O proletariado «só pode tornar-se e tornar-se-á inevitavelmente invencível, sempre que a sua união ideológica na base dos princípios do marxismo se afaínce mediante a unidade material da organização que funde milhões de trabalhadores no exército da classe operária». (Lénine).

A organização é a unidade prática. É necessário esciarcerear que não há unidade possível da classe operária se esta não estiver organizada—se ela não dispuser do seu próprio partido político de classe independente, forte pelo número e pela qualidade.

Se a classe operária não dispõe do seu próprio Partido de classe — o Partido Comunista — com uma forte rede de organismos profundamente enraizados particularmente nos principais centros industriais e concentrações agrícolas e com influência entre os empregados, o campesinato, os intelectuais, os militares, os jovens, as mulheres, etc.; se não dispõe paralelamente de organizações e organismos destinados a mobilizar os trabalha-

dores e a organizar e orientar as lutas por objectivos imediatos de carácter económico, social e político; então a classe operária e o seu Partido não estarão em condições de desempenhar um papel em conformidade com o seu peso numérico e a sua missão histórica. Sem uma organização forte pelo número e qualidade o Partido Comunista não poderá mobilizar, organizar e orientar correctamente a classe operária e restantes trabalhadores. E sem isso a classe operária e o seu partido não poderão efectivamente ter acção determinante nos acontecimentos, poderão sim ir a reboque deles, da acção de burguesia liberal e daqueles que se desligam do fascismo.

Por isso importa que todos os militantes do Partido redobrem de vontade e de esforços para recrutar e organizar nas suas fileiras milhares de homens, mulheres e jovens honrados e combativos, e criar novas organizações do Partido em empresas, herdades, escolas, quartéis, localidades e regiões onde não existe organização ou onde ela está debilitada.

Ao mesmo tempo importa que o nosso Partido e a classe operária, que têm uma compreensão mais elevada da necessidade de organização, tomem a iniciativa da formação de organismos de unidade com as outras correntes e camadas da população, quer organismos legais, para dirigir as lutas mais simples, quer ilegais, para dirigir a acção política anti-salazarista.

Sem organização não serão possíveis as mil e uma batalhas que conduzirão as massas populares até ao assalto do poder. Sem organização muito menos será possível esse assalto, o levantamento nacional que levará ao esmagamento definitivo do fascismo.